

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.223 - RR (2019/0302136-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : ANNA ELIZE FENOLL AMARAL  
**ADVOGADA** : ANNA ELIZE FENOLL DE MORAIS - DF036612  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
**PACIENTE** : THIAGO DA SILVA MONTEIRO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de THIAGO DA SILVA MONTEIRO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (Agravado de Execução Penal n. 9000982-78.2019.8.23.0000).

Depreende-se dos autos que o Magistrado singular, tendo em vista nova condenação a que foi submetido o paciente, manteve o regime fechado para o início do cumprimento das reprimendas, bem como determinou a elaboração de novo cálculo, considerando como termo inicial para a obtenção de benefícios inerentes à execução a data do trânsito em julgado da última condenação.

Contra essa decisão insurgiu-se a defesa. Entretanto, o Tribunal de origem, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso.

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 37):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE NOVA CONDENÇÃO NO CURSO DA EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DAS PENAS. DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA ÚLTIMA CONDENÇÃO FIXADA COMO TERMO INICIAL PARA A CONCESSÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS EXECUTÓRIOS. RECURSO QUE BUSCA A ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA O DIA DA ÚLTIMA PRISÃO DO AGRAVANTE. NÃO ACOLHIMENTO. O TRÂNSITO EM JULGADO DA ÚLTIMA CONDENÇÃO É O MARCO INICIAL A SER CONSIDERADO. PRECEDENTES DO STF E DA CÂMARA CRIMINAL DO TJ/RR. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Realizada a unificação das penas, o termo a quo para aquisição dos benefícios da execução é a data do trânsito em julgado da última condenação. Precedentes do STF.

# *Superior Tribunal de Justiça*

No Superior Tribunal de Justiça, sustenta a Defensoria Pública que "a alteração da data-base por qualquer outro fato importa em autoritarismo do Poder Judiciário, tendo em vista que confere um agravamento no cumprimento da pena sem qualquer previsão legal, ou fundamentação idônea para tanto capaz de encontrar o mínimo respaldo nos objetivos da Lei 7.210/84" (e-STJ fl. 7).

Assevera que "há que se considerar como data-base para a progressão de regime o dia da última prisão do assistido, que, no caso, é 15/08/2018. Considerando que o apenado cumpre pena por crime comum e hediondo, considerada como data-base o dia da última prisão (15/08/2018), o lapso temporal para a progressão de regime se dará 08/01/2022" (e-STJ fl. 18).

Requer, assim, "a concessão a ordem de habeas corpus para alterar a DATA-BASE do assistido para o dia de sua prisão, em 15/08/2018, e, conseqüentemente, a retificação da previsão para, salvo futuras remições, a progressão de regime para 08/01/2022" (e-STJ fl. 18).

É, em síntese, o relatório.

No caso dos autos, o Tribunal de origem negou provimento ao agravo em execução interposto pela defesa para manter o dia do trânsito em julgado da nova condenação como marco temporal inicial para a concessão de benefícios futuros da execução (e-STJ fls. 35/36):

É de amplo conhecimento que os Tribunais Superiores (STF e STJ) têm entendimentos divergentes no que tange à alteração da data-base para a concessão de benefícios da execução penal, após a unificação das penas.

A Terceira Seção do STJ, no julgamento do REsp n. 1.557.461/SC e do Habeas Corpus n.

381.248/MG, firmou novo entendimento no sentido de que: "a alteração da data-base para a concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal".

Por sua vez, o STF tem pacífica e cristalizada jurisprudência sobre o tema, cuja orientação é a seguinte:

[...] A superveniência de nova condenação definitiva no curso da execução criminal sempre altera a data-base para concessão de benefícios, ainda que o crime tenha sido cometido antes do início de cumprimento da pena. II - A data do trânsito em julgado da nova condenação é o termo inicial de contagem para concessão de

# *Superior Tribunal de Justiça*

benefícios, que passa a ser calculado a partir do somatório das penas que restam a ser cumpridas. (HC 101023, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 09/03/2010, Dje-055);

[...] Ocorrendo nova condenação, tem-se a unificação das penas, surgindo novo marco para aferição de benefícios, sendo irrelevante a data do cometimento do crime. (HC 133743, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 11/09/2018, PROCESSO ELETRÔNICO Dje-205).

Ainda no contexto dessas observações, registro que a Colenda Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça tem decidido conforme o posicionamento sufragado pela Suprema Corte:

[...]

Sobre a matéria, comungo com a posição perfilhada pelo Supremo Tribunal Federal, que vem sendo adotada por esta Corte de Justiça, pois me parece razoável e acertado que o termo a quo para a contagem do novo período aquisitivo dos benefícios da execução, após a unificação das penas, seja a data do trânsito em julgado da última condenação.

Ora, o raciocínio não pode ser outro, uma vez que com o somatório das penas surge um novo quadro fático, na medida em que se fixa uma nova pena, e a fração prevista como requisito objetivo para a progressão de regime passa a incidir sobre o somatório das penas que restam a ser cumpridas. Por consequência, a contagem do quantum resultante dessa operação deve ocorrer sobre novo termo.

Se a legislação admite a possibilidade de regressão de regime quando a unificação das penas resultar na necessidade de sua alteração, não seria lógico regredir o regime do sentenciado sem se modificar o termo inicial para a concessão de benefícios. Ou seja, sobrevindo nova condenação no curso da execução, haverá a alteração da data-base para a concessão das benesses decorrentes da execução penal, conclusão esta que se impõe em razão do disposto no parágrafo único do art. 111 c/c o art.118, II, da LEP.

Diante do exposto, em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e desta Câmara Criminal sobre a matéria, voto no sentido de negar provimento ao recurso de agravo ora analisado, para manter a data-base, para fins de benesses decorrentes da execução penal, a data do trânsito em julgado da última sentença penal condenatória, qual seja, 14-5-2019.

Até há pouco tempo, esta Corte Superior de Justiça tinha o entendimento de que, sobrevindo nova condenação ao apenado no curso da execução da pena – por crime anterior ou posterior –, o marco inicial para a obtenção de novos benefícios executórios seria o trânsito em julgado da nova condenação.

No entanto, em julgamento finalizado na sessão do dia 22/2/2018, a Terceira Seção, ao apreciar o Recurso Especial n. 1.557.461/SC, da relatoria do Ministro

# Superior Tribunal de Justiça

Rogério Schietti Cruz, alterou esse entendimento para concluir que a superveniência do trânsito em julgado da sentença penal condenatória não serve de marco inicial para a concessão de novos benefícios na execução, não podendo, assim, ser desconsiderado o período de cumprimento de pena **desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar**, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado após e já apontado como falta grave.

A propósito, confira-se a íntegra da ementa do mencionado acórdão:

*RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.*

*2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.*

*3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto. Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante bis in idem.*

*4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.*

*5. Recurso não provido (DJe de 15/3/2018, grifei).*

# Superior Tribunal de Justiça

Como bem asseverado no julgado acima referido, caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus consectários legais já repercutirão no bojo do cumprimento da pena. No entanto, a unificação das penas em razão da superveniência de condenação – embora permita ao magistrado a soma das reprimendas e a adequação do regime de cumprimento da pena – não permite a alteração do marco para concessão de benefícios executórios, por ausência de respaldo legal.

Nesse mesmo sentido, ainda, o seguinte precedente:

*HABEAS CORPUS SUBMETIDO À TERCEIRA SEÇÃO. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE NOVA SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO INICIAL PARA CONCESSÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE.*

*1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito à regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal. Em vez de haver o cumprimento progressivo de cada pena individualmente, há a soma do total de penas a serem cumpridas para que o apenado as cumpra de forma conjunta.*

*2. Inexiste respaldo legal para a alteração da data-base a fim da concessão de futuros benefícios na execução em razão da unificação das penas.*

*3. A execução da pena não se inicia apenas com a superveniência do título judicial exequível. Já se admite a execução provisória nas hipóteses de existência de prisão cautelar e, atualmente, quando há a confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça/Tribunal Regional e não há prisão preventiva.*

*4. Acarreta evidente excesso de execução a desconsideração do tempo de prisão antes do trânsito em julgado da nova condenação.*

*5. Ordem concedida, de ofício, para cassar o acórdão proferido no agravo em execução penal e restabelecer a decisão do Juízo da execução, proferida em 4/3/2016 (HC 381.248/MG, relator para o acórdão o Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, DJe de 3/4/2018, grifei).*

Ante o exposto, **concedo a ordem**, *in limine*, para determinar ao Juízo da execução que promova novo cálculo de pena, considerando, como marco interruptivo para concessão de novos benefícios, a data do último recolhimento do paciente,

# *Superior Tribunal de Justiça*

ressalvada a possibilidade de alteração do termo em decorrência da prática de falta grave, desde que observadas, nessa hipótese, as Súmulas n. 441 e 535/STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

